

MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS: elementos para o debate no Serviço Social

Carla Caroline Malcher Gomes¹

Giselle Cruz de Brito²

Lucas Wellington Silva da Silva³

Maria Gabriela de Andrade de Sena⁴

RESUMO

Este artigo objetiva realizar uma reflexão sobre os elementos de gênero, raça e classe imbricados, associados ao debate na formação e prática profissional do Serviço Social, especificamente na Amazônia brasileira, destacando a particularidade das mulheres negras pois considera-se que são as mais impactadas pelas opressões de gênero, pelo racismo e exploração de classe. Assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir da perspectiva crítica marxista, para compreender como os eixos gênero, raça e classe estruturam as relações sociais e são determinantes na apreensão da totalidade das múltiplas expressões da “questão social”. Considera-se que ainda existem muitos desafios postos ao Serviço Social brasileiro, dado que romper com as estruturas dominantes ideológicas e de poder que incidem e reverberam no cotidiano profissional requer uma postura investigativa de um debate que está posto para nós assistentes sociais.

Palavras-chave: Mulheres negras, Amazônia, Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the intertwined elements of gender, race and class, associated with the debate in the training and professional practice of Social Work, specifically in the Brazilian Amazon, highlighting the particularity of black women, since it is considered that they are the most impacted by gender oppression, racism and class exploitation. Thus, a bibliographical research was carried out, from the Marxist critical perspective, to understand how the axes gender, race and class structure social relations and are determinant in the apprehension of the totality of the multiple expressions of the “social question”. It is considered that there are still many challenges posed to Brazilian Social Work, given that breaking with the dominant ideological and power structures that affect and reverberate in professional daily

¹ Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); E-mail: carlamalcher.ufpa@gmail.com

² Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); E-mail: britogigi@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social; E-mail: lucwel.silva@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Pará; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com

life requires an investigative posture of a debate that is posed for us social Workers.

Keywords: Black women, Amazon, Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não pretende esgotar as discussões a respeito das relações de gênero, raça e classe na Amazônia, mas contribuir com reflexões acerca desse eixo, destacando, a particularidade da mulher negra na Amazônia brasileira para uma análise crítica no Serviço Social, compreendendo a realidade enquanto reflexo de sua historicidade, relações sociais e bases materiais.

Adverte-se que o presente debate recusa o puro identitarismo ou universalismo que cerca o debate das pautas identitárias, mas pretende estabelecer a relação crítica e imprescindível entre os elementos de gênero, raça e classe. Assim, parte-se do pressuposto de que não é possível analisar a exploração de classe sem considerar a opressão e dominação de gênero e raça que estruturam o modo de produção capitalista, especialmente em um país da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, formado historicamente pela escravidão e relações de dominação enraizadas no patriarcado.

O Serviço Social é uma profissão que possui capacidade e competência técnica para lidar com as diversas expressões da “questão social”, sua dimensão investigativa corrobora para uma análise crítica e mais ampla dessas expressões. Nesse sentido, as relações de gênero, raça e classe são essenciais para ampliar o universo desse conhecimento, assim como elucidar uma prática profissional que esteja em consonância com o direcionamento ideopolítico da profissão.

Dessa forma, consideramos que não há possibilidade de uma intervenção profissional crítica, comprometida com a classe trabalhadora, sem o debate sobre suas particularidades, onde as relações de opressão de gênero, o racismo estrutural e as assimétricas nas condições de vida das mulheres trabalhadora, sobretudo, as mulheres negras, se colocam como um desafio ao Serviço Social.

Acentua-se que tais condições de subalternidade e subserviência reverberam na reprodução social das mulheres negras atingindo-as no acesso ao mercado de

trabalho, à saúde, à moradia, à educação entre outros, fato esse indicado nas estatísticas em que mulheres negras têm a maior taxa de desemprego, e quando possuem geralmente lhes são reservadas as ocupações de menor e menor remuneração e prestígio.

2 ELEMENTOS PARA COMPREENDER AS CATEGORIAS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA AMAZÔNIA

Para analisar as categorias de gênero, raça e classe na Amazônia brasileira é necessário compreender, antes de tudo, que essas relações estão imbricadas no contexto das relações sociais. Assim, parte-se do pressuposto de que as relações de gênero, raça e classe, sobrepostas e indissociáveis, fazem parte de uma estrutura enraizada na sociedade que nos permite desvendar as raízes das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Assim, a compreensão da categoria gênero na perspectiva de Scott (1995) e Saffioti (1987) denotam uma análise de gênero na sua dimensão social e histórica, isso significa dizer que se consideram as relações sociais, culturais, simbólicas e de poder para explicar as assimetrias entre sexo, superando os aspectos biológicos de diferença entre homens e mulheres. Assim, a condição da mulher na sociedade capitalista é determinada pela divisão e exploração social do trabalho, acompanhada pela divisão sexual e racial do trabalho.

De acordo com Federici (2019), compreender a reprodução social é fundamental para explicar os processos de exploração e subalternidade vividos pelas mulheres. Dessa forma, na sociedade capitalista, o trabalho reprodutivo, isto é, o trabalho doméstico, os cuidados da casa, a procriação e educação dos filhos, não são considerados “trabalho”, mas sim atividades que devem ser desenvolvidas “naturalmente” por mulheres.

O trabalho na sociedade capitalista é dividido entre as esferas produtiva e reprodutiva, na qual a primeira corresponde ao trabalho assalariado, ligado à produção de valor, e o segundo é relacionado aos valores de uso e à reprodução da força de trabalho, designado historicamente às mulheres (FEDERICI, 2019).

Assim, a feminização das atividades domésticas e do cuidado como resultado histórico e cultural da condição feminina no capitalismo se expressam no contexto atual através das duplas ou triplas jornadas de trabalho, pois mesmo com a inserção feminina no mercado de trabalho formal, no âmbito público, não há uma distribuição de tarefas domésticas no âmbito da vida privada. Nesse sentido, mulheres têm que equilibrar uma rotina exaustiva de dupla jornada de trabalho, alternando entre o trabalho doméstico e seu papel profissional (DANTAS, 2017).

Nessa direção, os dados do estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IPEA (2015), com base em séries históricas de 1995 a 2015, destacaram que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. No ano de 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Quanto às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%). Ainda segundo esse estudo:

Um dos fatores mais preponderantes no engajamento no trabalho doméstico e principalmente no tempo dedicado a ele é a renda. No que diz respeito ao engajamento, tem-se uma diferença entre homens e mulheres: quanto mais alta a renda delas, menor a proporção das que afirmam realizar afazeres domésticos – entre aquelas com renda de até 1 salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, comparados a 79,5% entre as mulheres com renda superior a 8 salários mínimos [...]. Cabe mencionar que, além da possibilidade de contratar trabalhadoras domésticas, as famílias com rendas mais altas também têm maior acesso a eletrodomésticos. E uma das hipóteses explicativas para a redução do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres nos últimos vinte anos é, justamente, a ampliação do acesso a alguns eletrodomésticos, como a máquina de lavar roupa. Com efeito, entre 1995 e 2015, observa-se uma ampliação de 26,5% para 61,1% na proporção de domicílios com máquina de lavar roupa (IPEA, 2015).

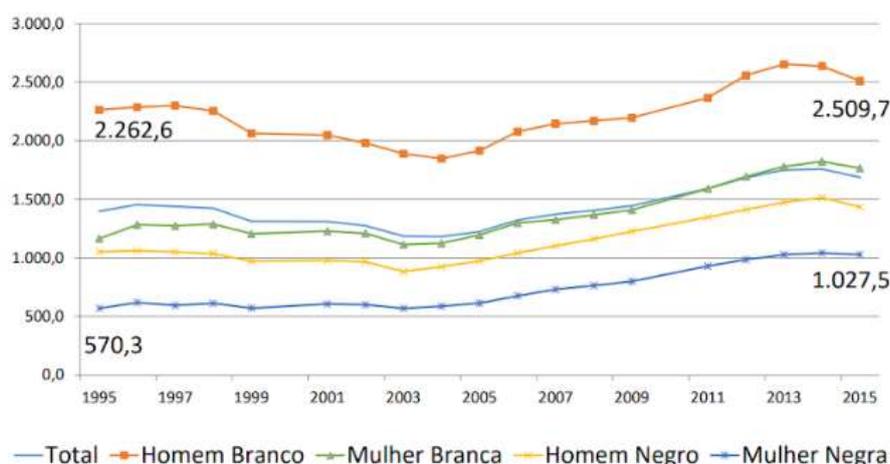
Assim, é importante ressaltar a questão racial como um determinante que atravessa a vida de mulheres negras, colocando-as em diferentes patamares de oportunidades em relação às mulheres brancas, mostrando, portanto, que as consequências do racismo estrutural, contribuem para a reprodução das condições de subalternidade e da pobreza de mulheres negras no Brasil (ALMEIDA, 2019).

Para Gonzalez (2018), o lugar ocupado pela mulher negra na estrutura social, reproduz o histórico escravocrata e colonizador pelo qual se constituiu a sociedade

brasileira. Isso reflete nas condições das mulheres negras no mercado de trabalho, com empregos precarizados, de baixa escolaridade, nas profissões consideradas subalternas geralmente com baixa remuneração.

Dessa forma, o Gráfico 1 indica o recorte em relação à renda, em que as mulheres negras apresentam o menor rendimento médio mensal em relação aos homens negros, mulheres brancas e homens brancos durante os 20 anos da pesquisa, demonstrando como a desigualdade econômica se apresenta nas estruturas da sociedade brasileira.

Gráfico 1: Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC.

*rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

Segundo Silva (2013), a distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos, de modo que as discriminações raciais, assim como as opressões de gênero, situam as mulheres negras enquanto ocupantes permanentes dos piores índices da pirâmide social.

Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos (SILVA, 2013, p. 110).

Assim, a questão da mulher negra no Brasil, possui múltiplas determinações e não se apresenta de forma homogênea no território brasileiro. Considerando o debate teórico assumido neste trabalho, é de fundamental importância destacar as

experiências vivenciadas por mulheres negras na Amazônia, seja nas cidades ou nos diversos territórios não urbanos que compõem a região, evidenciando as precárias condições de vida e reprodução social dessas mulheres na região.

2.1 As mulheres negras amazônidas e suas particularidades

A Amazônia, é historicamente vista como um não lugar, a não ser para se explorar, habitado por um não povo, a não ser para ser explorado (FONSECA, SOUZA e COSTA, 2021) e caracteriza-se como uma região complexa devido a distintos fatores, que envolvem sua formação territorial, econômica, social e cultural. Estes fatores corroboram para que as relações de gênero, raça e classe, não sejam as mesmas do restante do país, pois assumem características regionais específicas.

Por esse motivo, debater acerca dos elementos de gênero, raça e classe na Amazônia requer antes situar a região em sua complexidade e formação sócio-histórica, a qual possibilita analisar os processos pelos quais desenvolveu-se a constituição da classe trabalhadora na região, em sua composição étnico-racial, de gênero e classe.

As cidades amazônicas em todos os nove estados mostram de maneira extraordinária a cultura híbrida (CANCLINI, 1998) formada com composição indígena, portuguesa, negra e outros grupos étnicos que ali chegaram, em momentos distintos, ainda que predomine na representação e no pensamento social da grande maioria da população amazônica, processos de invisibilidade e de obscurecimento, de sua composição interna (CASTRO e CAMPOS, 2015, p. 31).

A Amazônia brasileira experimentou o processo de colonialismo e escravismo a partir da exploração da mão de obra negra e indígena escravizada, inserida em um sistema ideológico no qual desqualificava sua existência enquanto sujeito.

A colonização europeia na Amazônia instituiu as bases política, econômica, cultural e social sobre as quais o capitalismo se forjou na região. Assim, desenvolveu-se um processo de acumulação primitiva de riquezas com base no saque da região às custas da superexploração de africanos escravizados e indígenas. Destarte, gerou-se o excedente de valor necessário para a efetivação da acumulação primitiva de capital (MARQUES, 2019).

A colonialidade, em seu caráter de padrão de poder, acarretou profundas consequências para a constituição das sociedades latino-americanas, pois

assentou a conformação das novas repúblicas, modelando suas instituições e reproduzindo nesse ato a dependência histórico-estrutural. Impondo a reprodução, subsumida ao capitalismo, das demais formas de exploração do trabalho, desenvolveu -se um modelo de estratificação sociorracial entre “brancos” e as demais “tipologias raciais” consideradas inferiores (QUINTERO, FIGUEIRA e ELIZALDE, 2019, p. 06).

Nesse cenário, é necessário compreender que, apesar do escravismo ter atingido todas as regiões do território brasileiro, ele desenvolveu-se de forma heterogênea em cada território e o resultado dessa chaga social ainda é permanente e reflete na economia, na política e na cultura da sociedade brasileira (MOURA, 1983). Moura (1983) salienta que o Brasil vive uma abolição inconclusa, visto que a Lei Áurea, que marcou legalmente a “abolição da escravatura” para a população negra, não trouxe reparação histórica e não criou condições para a inserção social dessa população. Segundo Florestan Fernandes:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais [...] para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (1978, p.15)

Para Almeida (2014), a ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade.

Ademais, Carneiro (2011) salienta que o capitalismo, sexismo e racismo atingem principalmente as mulheres negras, provocando uma asfixia social em todos os âmbitos da vida. São elas as principais vítimas de feminicídio, morte materna, são as que ocupam cargos considerados subalternos e estão na base da pirâmide social.

Assim, considera-se necessário observar a partir perspectiva da interseccionalidade, tendo em vista que gênero, raça e classe estão diretamente imbricados e reconhecendo os processos de discriminação e exclusão a partir dessas categorias sociais e suas múltiplas formas de diferenciação e opressão (HENNING, 2015).

Na história da Amazônia, visibilizar o protagonismo da mulher negra na historiografia da região, é um grande desafio, porque, o feminismo-afro-negro-amazônico, se constrói da invisibilidade da mulher negra no contexto da história da Amazônica (ALMEIDA, VIDEIRA e CUSTÓDIO, 2021 p. 262). Dentro desse processo, destaca-se que as mulheres negras amazônicas constituem-se enquanto protetoras de seus territórios seja nos quilombos, em comunidades ribeirinhas, ou nas cidades. Protagonizam frente de luta em defesa do meio ambiente dentro do qual a terra e os rios são lugares de afeto, subsistência, ancestralidade e luta diante dos grandes projetos implementados na região que ameaçam suas condições de sobrevivência.

Neste contexto, é que as mulheres negras se inserem, ora escravizadas, ora semi-escravizadas, e quando livres, tem seu território e sua própria vida correndo risco, sob ameaças dos grandes empreendimentos de hidrelétricas, mineradoras e pelos grandes latifundiários que exploraram a região (FONSECA, SOUZA e COSTA, 2021, p. 110-111).

O modo de produção dominante, capitalista, atinge direta ou indiretamente as condições de vida e reprodução social dos povos amazônicos, embora a região abarque outros modos de produzir o cotidiano. As mulheres negras amazônicas experimentam as expressões da “questão social” de maneira diferenciada e reivindicam a discussão acerca da regionalidade e territorialidade no feminismo negro brasileiro. Isso se dá, principalmente, em razão da necessidade de estabelecer resistências para preservação dos territórios diante de um contexto de racismo ambiental na Amazônia, visto que as mulheres negras sofrem tais impactos com maior severidade.

O movimento de negros e negras na Amazônia sempre esteve presente e resistiu durante todo processo de exploração da região, que permanece até os dias atuais. Almeida, Malcher e Bentes (2018) destacam o Centro de Cultura Negra do Maranhão, fundado em 1979; o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), pensado e construído a partir dos anos 1980; a Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú, no Amapá, criada em 1997; o Grupo de Mulheres Negra Mãe Andresa, fundado em 1986, no Maranhão; o IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá, criado nos anos 2000; e no início de 2008, cria-se uma articulação das mulheres negras para diminuir a distância geográfica e dar voz às mulheres da Amazônia que passaria a ser a REDE FULANAS – Negras da Amazônia Brasileira.

Ainda segundo Almeida, Malcher e Bentes (2018), quando o movimento de mulheres negras surgiu tinha como objetivo promover a visibilidade de mulheres negras que buscavam ocupar espaços em conselhos de direitos, fóruns, redes e articulações. Atualmente as organizações de mulheres negras na Amazônia atuam na luta pelo protagonismo dessas mulheres em espaços de poder, pois não basta que a sociedade reconheça sua existência, é necessário que suas vozes sejam ouvidas e que mulheres negras possam pensar, discutir e intervir em sua realidade objetiva.

Destarte, urge a necessidade de estabelecer discussões acerca das particularidades de mulheres negras amazônidas no âmbito do Serviço Social, especialmente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação localizados na Amazônia, pois para alcançar uma intervenção profissional crítica diante da demanda de tais mulheres é imprescindível romper com a ideologia colonialista patriarcal instaurada na região e sobre a região.

3. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

A atuação profissional do/a assistente social na Amazônia brasileira requer a mediação entre suas singularidades e universalidades. Isso envolve não só a compreensão de sua formação sócio-histórica e econômica, mas também dos processos pelos quais a classe trabalhadora e os povos e comunidades tradicionais se constituíram a partir da realidade local e regional. Demanda igualmente o entendimento da existência de diversas “Amazônias”, para não corroborar com discursos homogeneizantes acerca da vivência dos povos da região.

Assim, ponderar o trabalho profissional do/a assistente social na Amazônia, exige considerar que as condições e relações nas quais se realiza a intervenção profissional são atravessadas pela própria formação e condição da Amazônia na divisão regional e internacional do trabalho.

[...] a apreensão das determinações sócio-históricas que conformam a presença negra no país é fator primordial para que o atendimento dispensado pela(o) assistente social se efetive com base nos princípios que norteiam o trabalho profissional, independente da área de atuação (EURICO, 2018, p. 525).

Os pressupostos aqui colocados permitem considerar que os usuários/as atendidos/as atendidos/as pelo/a assistente social na Amazônia brasileira são

PROMOÇÃO



APOIO



atravessados/as pelas condicionalidades próprias da região, ou seja, são possuidores/as de uma singularidade que diz respeito ao território amazônico, que se expressa nos modos de viver, se relacionar e estabelecer relações com a natureza etc. Além disso, pontua-se que a classe trabalhadora na Amazônia vive sob precários índices de acesso à direitos básicos com qualidade, como água tratada, esgotamento sanitário, moradia digna, emprego e renda, saneamento básico e ambiental. Assim:

Quem procura o Serviço Social, hoje, na Amazônia? Se quisermos nos referir aos ditos “vulneráveis”, diríamos que quem chega é o despossuído com os seus carenciamentos. Eles e elas estampam no rosto e no corpo os sinais, às vezes de forma indelével, dos **danos** sofridos: seres humanos alquebrados, precocemente enrugados, queimados do sol de rua ou da lavoura (e não do sol de piscina ou de praia); às vezes mutilados, como as crianças escarpeladas, pessoas completamente desamparadas, excluídas de tudo: do alimento, da habitação, dos cuidados com a saúde, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Bolsa Família. Pessoas maltrapilhas (a roupa é tão barata e ainda tão inacessível para quem nada tem), enfim, necessitando do que existe em abundância nas prateleiras dos supermercados, dos shoppings, das feiras (TEIXEIRA, 2008, p. 143, grifo do autor).

É indispensável considerar como os elementos de gênero e raça se imbricam e se expressam no cotidiano do público atendido pelo Serviço Social nessa região, desde as singularidades próprias da classe trabalhadora, bem como dos povos e comunidades tradicionais, que não estão isentas do *modus operandi* do capitalismo que busca efetivar uma exploração de forma sobreposta ao racismo e ao patriarcado de modo estruturante.

As(os) assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional nas diversas políticas públicas, no complexo e contraditório processo de reprodução das relações sociais. No modo de produção capitalista, a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo e, no caso das relações institucionais, sejam elas públicas ou privadas, é dependente do racismo institucional, que possibilita a manutenção de práticas racistas, internalizadas e reproduzidas de maneira automatizada e naturalizada (EURICO, 2018, p. 523).

De acordo com Eurico (2018), é importante evidenciar que os sujeitos que acessam as políticas públicas compõem-se de múltiplas dimensões: pertencimento étnico-racial, sexo, idade, identidade de gênero, orientação sexual e classe social. Mostra-se necessário sua compreensão a partir de sua totalidade, para ampliar as possibilidades de um fazer profissional pautado na ética e no respeito aos direitos humanos. Tais apontamentos possibilitam que o Serviço Social apreenda o modo

como o capitalismo opera a exploração de classe, sobretudo como opera o racismo e a dominação de gênero/sexualidade dos corpos de mulheres negras nas diversas instituições dentro das quais o/a assistente social realiza o trabalho profissional.

A profissão não pode, portanto, prescindir da análise crítica que relaciona os elementos de gênero, raça e classe enquanto estruturantes da sociedade capitalista, sob o risco de desconsiderar aspectos que intensificam, em escalas diferenciadas, a exploração da classe trabalhadora em sua composição heterogênea. Nesse sentido, é de grande valia o esforço que a profissão tem buscado para legitimar e aprofundar o debate no âmbito da formação e do trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

Vale destacar a atuação de fomento ao debate sobre gênero, raça/etnia e classe, no âmbito do Serviço Social, desenvolvida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) intitulado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”.

Frisa-se o trabalho desenvolvido pelo conjunto entre Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), através de campanhas, seminários, brochuras e *lives* sobre o debate de gênero, raça/etnia e classe no Serviço Social, enquanto entidades comprometidas com a atualização teórica qualificada e crítica da profissão.

No âmbito da formação profissional tem-se o trabalho desenvolvido pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), através da militância do movimento estudantil, que tem pautado a importância da inserção dos estudos de gênero, raça/etnia e classe na formação profissional enquanto disciplinas obrigatórias.

Contudo, ainda existem muitos desafios postos a esses profissionais, dado que romper com as estruturas dominantes ideológicas e de poder que incidem e reverberam no cotidiano profissional requer uma postura investigativa de um debate que está posto para nós assistentes sociais. Além disso, ainda é urgente implementar tal discussão de forma efetiva nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, sobretudo na Amazônia, para que haja uma formação profissional conectada com a realidade sobre a qual esses profissionais irão atuar.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou realizar uma reflexão acerca das relações de gênero, raça e classe na Amazônia brasileira, considerando que essas relações imbricadas se constituem enquanto eixos de análise para compreensão das diversas expressões da “questão social” em sua totalidade.

Considera-se que realização de tal debate é importante para reafirmar a atual luta de classes, considerando os diversos fatores que corroboram para que as condições de vida das mulheres, sobretudo, as mulheres negras, continue refletindo as disparidades de gênero em todos os aspectos de suas vidas, tanto no âmbito público, como no privado.

Assim, é importante salientar o papel importante do Serviço Social na luta de classes, associada a luta pela emancipação feminina, a partir dos direcionamentos do Código de Ética de 1993, que orienta a luta pela emancipação da classe trabalhadora em consonância com um projeto profissional que busca a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Entende-se a importância deste debate a medida em que é necessário compreender que assim como os diferentes grupos sociais, as mulheres não podem ter seus processos de vida homogeneizados e que, portanto, não devem ser tratadas apenas como seres universais. Embora constituam-se enquanto universais, as mulheres também são sujeitos singulares, com históricos de vida, oportunidades e necessidades diferenciadas.

Nesse sentido, elucida-se a condição da mulher negra, que nos dias de hoje carrega consigo uma experiência histórica que comporta além das questões de gênero, a questão do racismo estrutural, seguidas da condição de classe que se particulariza na região amazônica.

Conclui-se que o Serviço Social brasileiro ainda deve percorrer um caminho desafiador para que tal discussão esteja presente de maneira efetiva nos espaços acadêmicos e profissionais para orientar práticas antirracistas que abarquem a necessidade de mulheres negras no Brasil e na Amazônia.

Para isso, é necessário não perder de vista a análise crítica capaz de relacionar os elementos de gênero, raça e classe, observando que o contexto particular

PROMOÇÃO



APOIO



amazônico impõe uma intervenção diferenciada sobre a realidade social, em especial das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário; MALCHER; Maria Albenilze Farias; BENTES, Nilma. **Faces da luta das mulheres negras na Amazônia**. SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia, 2018. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=6524>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

ALMEIDA, Maria das Dores do Rosário; VIDEIRA, Piedade Lino; CUSTÓDIO, Edivaldo Serrão. **Mulheres negras amazônidas: histórias contadas por outros olhares**. Artemis, Paraíba, vol. XXXII nº 1; jul-dez, 2021. pp. 255-273.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural: Feminismos Plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA. Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo**. EM PAUTA, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2014, n. 34, v. 12, p. 131- 154.

ALMEIDA. Magali da Silva. **Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social**. Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei Nº 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10.ed. Brasília: CFESS, 2012.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

DANTAS, Silvia Gois. **FEMINIZAÇÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS: Uma breve discussão a partir da campanha #SHARETHELOAD**. 2017. Disponível em: http://wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495225246_ARQUIVO_SILVIADANTAS_Feminizacaotarefasdomesticas.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

EURICO, Márcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FONSECA, Joyce Grasielle Chaves; SOUZA, Leonardo Figueiredo de; COSTA, Gilson da Silva. Ensaio sobre as mulheres negras na Amazônia Brasileira: uma história de exploração, opressão e violência na periferia da periferia. ALMEIDA; Flávio Aparecido de. (Org.) **Desigualdade social e de gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços**. 1ª edição. Editora Científica Digital, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa/ Diáspora africana**. 1ª ed. Editora Filhos da África, São Paulo, 2018.

HENNING, C. E. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97–128, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p97. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 24 jun. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2015.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 20 jun. 2023.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Trad. Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero: “Uma Categoria Útil para a Análise Histórica”**. Porto Alegre, Educação & Realidade, v.20, n.2, jul./dez.1995, p 71-99.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília: Ipea, 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, n. 21, p. 141-152, 2008.